

1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais

(In)justiça social e ruralidades em
tempos de emergências climáticas



Síntese do Grupo de Trabalho 01
Ruralidades e meio ambiente

Realização



Apoio



SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Síntese do Grupo de Trabalho 01 - Ruralidades e meio ambiente

Coordenadores:
Ana Carolina Aguerri Borges da Silva (UFRPE)
Rodrigo Constante Martins (UFSCar)

Síntese

No escopo dos estudos da temática Ruralidades e Meio Ambiente, os esforços de interpretação da dinâmica de mercantilização da natureza têm ocupado importante espaço entre analistas no Brasil e na América Latina. A disseminação dos instrumentos econômicos de gestão ambiental e financeirização da natureza, em particular, vem provocando repercussões importantes sobre um conjunto diversificado de direitos legais ou costumeiros das populações rurais: direito à terra, à água, às florestas, a seus territórios tradicionais e à autodeterminação, dentre muitos outros. Neste contexto, o GT pretende reunir trabalhos dedicados à articulação da questão ambiental com os estudos rurais com base em três eixos de reflexão: a) pensar as relações entre ruralidades e meio ambiente numa chave processual; b) problematizar as múltiplas manifestações do poder nos conflitos ambientais e nos processos socioambientais, que estão para além das ferramentas econômicas de interpretação, e; c) abordar a crítica dos dispositivos de mercantilização da natureza que vêm aparando a promoção de políticas públicas nos espaços rurais.

Este GT tem como objetivo principal permitir a continuidade, no espaço da Rede de Estudos Rurais, dos debates acerca das relações interpenetráveis entre as dinâmicas rurais emergentes no Brasil (e na América Latina) nas últimas décadas e os processos de mudança socioambiental vivenciados nos espaços rurais. Assim, pretende acolher pesquisas que revelem a diversidade de situações em que as temáticas da ruralidade e do meio ambiente se cruzam, na tentativa de apreender tendências, modos de articulação entre atores, dinâmicas de conflitos e formas de institucionalização de instrumentos de preservação da natureza.

O GT selecionará propostas de artigos que versem sobre temas classificados pela bibliografia contemporânea dos estudos rurais e socioambientais como centrais para o Brasil e a América Latina. Dentre eles, estão: a governança ambiental em contextos de ruralidade; as identidades e os conflitos socioambientais; as políticas agroambientais; as novas estratégias de mercantilização da terra e dos recursos naturais; as relações entre reforma agrária e desenvolvimento sustentável; a transformação nos usos da terra e as iniciativas de preservação da biodiversidade; os processos de ambientalização dos territórios rurais, e; avaliação da aplicação de instrumentos de mercado e de compensação ambiental na gestão de recursos naturais, entre outros temas na interface ruralidade/meio ambiente.

No escopo dos estudos da temática Ruralidades e Meio Ambiente, os esforços de

interpretação da dinâmica de mercantilização da natureza têm ocupado importante espaço entre analistas no Brasil e na América Latina. É extensa a relação de estudos e de medidas governamentais dedicadas à atribuição valores monetários para os então chamados bens e serviços ambientais em áreas rurais. Dentre outros, a elaboração de indicadores quantitativos através de critérios de escassez (tais como os níveis de vulnerabilidade e insubstitubilidade dos recursos naturais) e a tentativa de mensuração da disponibilidade da sociedade em pagar pela preservação ambiental – passando inclusive pela construção de mercados hipotéticos para os serviços ambientais – têm sido apresentadas desde o final da década de 1990 como estratégia diferencial no gerenciamento dos recursos sócio-territoriais. No concernente ao debate sobre desenvolvimento rural, a valoração destes recursos – classificados como “amenidades ambientais” – é designada como estratégia de criação de novos serviços econômicos nas áreas rurais, então revalorizados pela própria crise ambiental urbana. Vários esforços interpretativos, partindo de matrizes teóricas distintas das ciências sociais, têm enfatizado a fragilidade teórica dos princípios neoliberais que orientam tais estratégias de “governança” socioterritorial. No geral, as críticas apontam tanto para o reducionismo do comportamento econômico dos agentes sociais no uso dos recursos naturais, quanto para a apreensão a-histórica da relação sociedade-natureza. Ademais, a disseminação destes instrumentos econômicos de gestão ambiental e financeirização da natureza no campo traz repercussões importantes sobre um conjunto diversificado de direitos – muitas vezes negados ou ameaçados – das populações rurais: direito à terra, à água, às florestas, a seus territórios tradicionais, à autodeterminação, entre muitos outros. Neste contexto, o debate em torno das interfaces entre ruralidades e meio ambiente se torna ainda mais urgente num momento em que diversas investidas conservadoras – resultantes da articulação entre novos padrões de acumulação capitalista que opera em escala global e de forças reacionárias do patronato rural – impõem uma agenda regressiva tanto para a questão ambiental quanto para o rural brasileiro.

Os trabalhos selecionados para a esta edição do GT foram organizados em três sessões, a saber:

1. Meio ambiente, agricultura familiar e resistência
2. Questão agrária, acumulação de capital e mercados ambientais
3. Injustiça ambiental e comunidades tradicionais

O objetivo é que esta programação permita a realização de debates nas sessões e entre as sessões, visto que, para além da inter-relação entre os temas, há também diálogos teórico-analíticos entre os diferentes estudos, para além de suas respectivas empirias.

Sessão 1: Meio ambiente, agricultura familiar e resistência

Título do trabalho	Autores(as)
Retratos de um ecocídio: pecuária familiar e pampa gaúcho sob o império da soja.	Flávio Sacco dos Anjos, Nádya Velleda Caldas, Joélio Farias Maia
A expansão da fronteira mineral frente à agricultura familiar e/ou território tradicional: análises sobre as instruções normativas do INCRA 111 e 112/2021	Gilda Diniz dos Santos, Girolamo Domenico Treccani, Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega
Analfabetismo ecológico na sociedade capitalista: impactos gerados na vida camponesa e na produção de alimentos.	Gilson Marinho Brito, Jackeline Vieira de Souza, Catiane Cinelli
Resistência e transformação social: mulheres caprinocultoras no sítio barriguda – Sanharó/PE.	Fernanda Silva Nunes, Ana Carolina Aguerri Borges da Silva
Programas de incentivo social para a promoção da sustentabilidade e inclusão produtiva na região oriental do Paraguai.	Mirta Niselli Rolon, Monique Medeiros.
Restauração ecológica e lutas camponesas no Brasil: a busca pela transformação socioecológica para o cerrado.	Francis Barbosa Rocha, Sérgio Sauer
Modelos de REDD+ e seus efeitos socioambientais: comparando iniciativas estatais e o mercado voluntário.	Victor Marchesin Corrêa

A leitura do conjunto de trabalhos desta sessão nos permite a problematização da temática *meio ambiente, agricultura familiar e resistência* como expressão de disputas territoriais entre projetos distintos de sociedade. Os textos revelam a convivência tensa entre a dinâmica de espoliação dos recursos naturais por agentes vinculados ao agronegócio, à mineração e à financeirização da natureza, por um lado, e, as práticas contra-hegemônicas de resistência de outro lado, levadas a cabo por sujeitos coletivos, como camponeses, mulheres agricultoras, povos e comunidades tradicionais.

Os trabalhos revelam uma ampla e complexa disputa em torno da terra, da natureza e da produção de alimentos. Tais disputas têm como pano de fundo a configuração histórica

do campo brasileiro como espaço de desigualdade fundiária, onde o poder econômico se entrelaça ao poder político e simbólico. A agricultura familiar, longe de ser apenas um segmento produtivo residual, é apresentada como portadora de uma racionalidade própria, baseada na coprodução entre agentes e natureza e na circularidade econômica. Estes elementos dialogam com os aportes sobre o "modo de vida camponês", ao caracterizá-lo como alternativa viável e sustentável frente à agricultura capitalista intensiva em insumos.

Essas relações entre campo, poder e resistência também podem ser lidas à luz da compreensão do campo/território como espaço social de disputas simbólicas. A dominação simbólica do agronegócio é exercida não apenas pela concentração econômica, mas também pela imposição de representações que legitimam sua atuação, como se observa na propaganda midiática e nos discursos tecnocráticos sobre sustentabilidade. Ao mesmo tempo, os sujeitos do campo constroem contra-hegemonias simbólicas por meio da educação popular, da agroecologia e da valorização dos saberes locais.

O trabalho de Santos, Treccani e Tárrega analisa como a expansão da fronteira mineral sobre territórios de comunidades quilombolas e projetos de assentamento revela a ausência de efetividade das normas institucionais na garantia de direitos territoriais e ambientais. As instruções normativas nº 111 e

112 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), supostamente voltadas à proteção desses territórios, operam mais como mecanismos de mediação para viabilizar o licenciamento do que como instrumentos de veto popular. A consulta prévia prevista na Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ao não ter caráter vinculante e não se aplicar a comunidades com processos não finalizados, revela uma omissão estatal que legitima a invasão de territórios por interesses extrativistas.

Essa realidade violenta se aproxima das denúncias de Sacco dos Anjos, Caldas e Maia no contexto do avanço da soja sobre o Pampa gaúcho, provocando um efetivo ecocídio. A pecuária familiar, que historicamente estruturou o modo de vida local, sofre um processo de desarticulação, resultante tanto da pressão fundiária quanto do uso intensivo de agrotóxicos. A sojização é apresentada como expressão do neoextrativismo, que substitui práticas produtivas sustentáveis por monoculturas voltadas à exportação e financiadas por capital internacional.

Com efeito, uma sociologia dos conflitos ambientais contribui para compreender essas dinâmicas como expressão de um modelo de desenvolvimento intenso em acumulação e, por isso, excludente, no qual a "natureza" é apropriada como recurso e as comunidades locais são tratadas, no limite, como obstáculos. Trata-se, portanto, de uma forma de dominação que se manifesta tanto nos territórios quanto nos discursos sobre sustentabilidade, no mais das vezes instrumentalizados pelo mercado.

Em contextos com estes de expropriação, emergem também experiências de resistência ligadas à agricultura familiar e aos movimentos sociais. O estudo de Rocha e Sauer destaca como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Cerrado, propõe uma nova compreensão da restauração ecológica. Mais do que recompor a vegetação nativa, o Movimento busca restaurar também a sociabilidade camponesa e promover a reforma agrária como política ambiental. A proposta "Plantar árvores e

produzir alimentos saudáveis" se insere como contraponto à lógica do extrativismo agrário, alicerçado na monocultura e na propriedade privada da terra.

De modo semelhante, o estudo de Nunes e Silva evidencia o papel das mulheres caprinocultoras do semiárido pernambucano como agentes de resistência. Frente às crises climáticas e à negligência estatal, essas mulheres constroem formas coletivas de produção e comercialização, articulando sustentabilidade, autonomia econômica e permanência no campo. A criação de associações e o acesso a programas como o PAA Leite demonstram a capacidade de organização e de incidência política dessas agricultoras. Sua atuação também remete à noção gramsciana de "intelectual orgânico", na medida em que constroem saberes e lideranças capazes de promover consciência crítica e mobilização popular.

Brito, Souza e Cinelli, por sua vez, propõem uma leitura crítica da alienação ambiental promovida pelo modelo do agronegócio. O conceito de analfabetismo ecológico é usado para descrever a ausência de consciência socioambiental na formação dos sujeitos, reproduzida por uma educação rural descolada dos saberes locais. O agronegócio se legitima, segundo os autores, por meio de mecanismos simbólicos e midiáticos que ocultam sua responsabilidade na degradação ambiental e na marginalização da agricultura familiar.

Já Corrêa, ao comparar iniciativas de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) no Brasil, mostra como os instrumentos de mercado para conservação florestal têm impactos diferenciados conforme a forma de governança e as salvaguardas adotadas. Enquanto o Fundo Amazônia, como modelo estatal, permite maior participação das comunidades e considera seus modos de vida, a plataforma privada Carbon Fair opera com lógicas de eficiência e mensuração de resultados, podendo ignorar aspectos simbólicos e culturais dos territórios.

Por fim, o estudo Gómez e Medeiros analisa um programa paraguaio de transferência monetária condicionada com enfoque ambiental. O uso dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) em territórios camponeses e indígenas revela uma política que busca integrar inclusão produtiva, segurança alimentar e conservação ambiental, tendo como base princípios de justiça socioambiental e governança territorial. A experiência mostra que, quando sensíveis ao contexto e aos saberes locais, as políticas públicas podem fortalecer a resiliência dos grupos mais vulneráveis.

Todos os trabalhos convergem para a compreensão do campo como espaço de conflito e resistência. De diferentes maneiras e perspectivas, os estudos enfatizam como a agricultura familiar não apenas produz alimentos, mas também protege a biodiversidade, fortalece as redes comunitárias e propõe alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante. Em contrapartida, esta agricultura enfrenta um conjunto de obstáculos impostos pelo capital e suas articulações com o Estado, a ciência hegemônica e, contraditoriamente, com própria a legislação ambiental flexibilizada. Estes trabalhos reiteram a relevância da mobilização e aprimoramento de ferramentas analíticas que desvelem os mecanismos de dominação que invisibilizam os sujeitos do campo, e viabilizem a melhor identificação e compreensão das formas de resistência que se articulam às margens dos modelos hegemônicos de exercício da propriedade da terra.

Deste esta leitura, algumas questões podem ser relacionadas para o início dos debates

da sessão.

1. Como tensionar a lógica de valoração financeira da natureza, presente nos mecanismos de mercado, com as práticas camponesas de coprodução socioecológica? É possível articular as experiências de resistência descritas em biomas tão distintos (Cerrado, Pampa, semiárido) em uma agenda nacional de transformação ecológica?

2. Quais caminhos institucionais permitem superar a fragmentação entre políticas agrárias e ambientais?

3. Qual o papel (ou como se renova o papel) da sociedade civil e da educação na construção de uma agenda crítica que fortaleça os agentes do campo, da terra e das águas em suas lutas por existência e autonomia?

Sessão 2: Questão agrária, acumulação de capital e mercados ambientais

Título do trabalho	Autores(as)
O papel do Estado diante da financeirização da agricultura e das terras no Brasil contemporâneo	Claudiane Alves Gonçalves
A realocação de reservas legais como forma de subversão do código florestal no oeste baiano	Arthur Bernard de Sousa Moraes, Éve Anne Bühler, Ludivine Eloy
Exploring the hydrosocial cycle through critical agrarian studies: approaches and insights	Karla Oliveira
Acumulação de capital e renda fundiária no setor sucroalcooleiro no nordeste	Ilena Felipe Barros
Além da combustão: notas sobre o fogo nos canaviais paulistas	Ana Carina Sabadin
O mercado de terras e a formação de fazendas em Tracuateua – PA: o espaço rural em disputa	Tuany Maria Sousa Moura, Heribert Schmitz, Raimundo Ferreira do Rosário
Uso e cobertura da terra na bacia hidrográfica do rio Jacaré-Guaçu e do rio Pardo	Jaqueline Aparecida Vicente Pizoletto, Flavia Cristina Sossae, Maria Lucia Ribeiro
Entre tradição e mercado: a construção do valor do artesanato em capim dourado	Gisele Barbosa de Paiva, Thallyta Ferreira Marques, Luan Phillippe Nunes Bequimam

A leitura do conjunto de trabalhos desta sessão nos permite a problematização da temática *questão agrária, acumulação de capital e mercados ambientais* como expressão

de disputas territoriais e ambientais a partir do avanço dos interesses do capital em diversos territórios brasileiros.

O GT inicia com uma análise de Gonçalves sobre o papel do Estado brasileiro no processo de financeirização da agricultura e das terras na contemporaneidade. A autora nos traz uma análise crítica sobre a atuação do Estado brasileiro enquanto um dos atores propulsores da ampliação e manutenção desse fenômeno de financeirização da terra e da agricultura brasileira, essa análise é elucidada a partir da consulta a dados estatísticos, da coleta e análise de notícias relacionadas a esse processo. Por essa perspectiva, podemos estabelecer o diálogo com o trabalho de Moraes e Eloy, intitulado *A realocação de reservas legais como forma de subversão do código florestal no oeste baiano*, ao abordar a expansão da fronteira agrícola na região que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, denominada como “última fronteira agrícola” no Brasil em decorrência da expansão da produção de soja nos anos de 2000 a 2010. O texto traz um estudo sobre os impactos ambientais que essa expansão agrícola representa para o oeste da Bahia, mesoregião que integra o Matopiba, a partir da análise do uso de uma normativa do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) que ao reinterpretar o mecanismo de compensação de reservas legais, permite que os produtores realizem alterações na localização dos espaços destinados à conservação ambiental. Outro elemento fundamental trazido pelo estudo é de que ao prever que a Reserva Legal pode ser compensada em outra área, abre precedente para que muitos proprietários de terras solicitem a Realocação de Reservas Legais (RRL) corroborando para a negação do caráter de conservação do Código Florestal. Este estudo demonstrou que a maioria das solicitações de realocação são oriundas de proprietários de terras que praticam o agronegócio, chamando então esse processo de grilagem verde, onde ocorre a apropriação irregular de territórios subvertendo as normas ambientais.

Seja por meio do capital financeiro, do avanço da monocultura da soja e das estratégias jurídicas para a intensificação da exploração do meio ambiente, o processo de destruição ambiental percorre terras férteis, florestas, rios e mares. Nesse sentido o trabalho de Oliveira contribui para olharmos para a interligação entre apropriação de terra e água. A autora estrutura sua análise a partir do conceito de ciclo hidrossocial – abordagem que compreende a água como um “fato social total” equiparando o sentido de natural e social como essenciais. Dessa forma, no artigo “*xploring the hydrosocial cycle through critical agrarian studies: approaches and insights*”, a autora elucidada a discussão de como os Estudos Agrários Críticos (CAS) contribuem para os estudos sobre água, por meio de algumas teorias como a Economia Política Contemporânea, ao focar na acumulação do capital, despossessão de recursos, como a água; e nas novas ruralidades; e também pela ótica das teorias da Ecologia Política que apontam para a justiça hídrica sobretudo a Ecologia Política Feminista que ao demonstrar que as relações de gênero impactam a dinâmica do acesso e do controle sobre os recursos hídricos, assim como a importância das lutas comunitárias protagonizadas por mulheres no sentido do avanço na justiça ambiental.

A questão agrária continua sendo uma problemática não superada na sociedade brasileira, é a partir dessa reflexão que Barros inicia seu texto sobre a “*Acumulação do capital e a renda fundiária no setor sucroalcooleiro do Nordeste*”, a autora contextualiza a conjuntura política brasileira na década de 1990, quando a realização de políticas de ajuste

estrutural contribuíram para a alteração da estrutura de vendas de produtos regionais para o exterior, colocando o Brasil na rota da globalização. Nesse cenário, na região Nordeste, foram instaladas empresas multinacionais com tecnologias avançadas e a modernização das já existentes, atuantes em diversos setores, tais como: metalurgia, material elétrico, comunicação, papel e celulose, química, têxtil, assim como a intensificação da exportação de produtos agrícolas como: frutas tropicais, açúcar e soja. Nessa perspectiva, a autora explica que, “o setor sucroalcooleiro se destaca por ser estratégico para a expansão do agronegócio dada a sua particularidade na extração de mais valor; apropriação dos bens naturais, especialmente a terra; apoio e incentivos fiscais do governo federal; articulação com proprietários fundiários; instalação de empresas transnacionais e domínio da cadeia produtiva, desde a produção até a acumulação no mercado financeiro”.

A questão agrária no século XXI perpassa processos de valorização da terra, ou seja, intensifica a questão da renda fundiária refletindo em uma explosão de *commodities* no mercado de terra e de arrendamentos. Ao mesmo tempo que ocorre a associação entre grandes proprietários de terra, o capital e organismos governamentais que juntos gestam as políticas fundiárias. Nesse sentido, como bem coloca a autora, “a terra como recurso natural, não produzida pela força de trabalho, se transforma em mercadoria, pela renda fundiária”.

Passado e presente se encontram na produção sucroalcooleira no Nordeste, onde na Zona da Mata, como observado por Eduardo Galeano em “As veias abertas para a América Latina”, o longo ciclo do açúcar deu origem “a prosperidades tão mortais como as que engendraram, em Potosi, Ouro Preto, Zacatecas e Guanajuato, os furores da prata e do ouro; ao mesmo tempo, impulsionou com força decisiva, direta ou indiretamente, o desenvolvimento industrial da Holanda, França, Inglaterra e Estados Unidos”. A mesma produção que movimentou a Colônia e o Império, atualmente sustenta a produção de açúcar e álcool, onde os estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba são os principais produtores da região. A autora traz a baila as reflexões de Karl Marx sobre a crescente renda fundiária definida como um tipo de renda, onde os proprietários de terra recebem dos capitalistas arrendatários, em virtude da posse da terra, e configura-se como uma forma de exploração, pois os proprietários de terra obtêm lucros sem necessariamente contribuir para a produção. A reflexão que o trabalho nos traz é fundamental para pensarmos a articulação da questão agrária, acumulação de capital em uma perspectiva do avanço do capital sobre a natureza, em um cenário onde a estrutura agrária desigual, somada ao avanço do capital transnacional, intensifica a violência contra os povos e comunidades tradicionais, trabalhadores do campo superexplorados e a destruição da natureza fadada a uma produção destrutiva do capital, como reflete Istvan Mèzaros, evidenciando as reflexões de Marx no sentido de que no avanço desse processo, as forças produtivas tornam-se forças destrutivas, como podemos notar com o avanço da monocultura e do envenenamento da natureza e dos povos. Dessa forma, a autora nos provoca a refletirmos sobre a relação do agronegócio como estratégia do grande capital e o agravamento da questão social no campo.

Enquanto no inverno nordestino a chuva acalma o solo cansado da Zona da Mata, no sudeste a população atravessa o inverno com as queimadas nos canaviais paulistas. Distantes milhares de quilômetros, mas próximos pela lógica destrutiva do capital, a produção de cana-de-açúcar no interior de São Paulo é abordada por aspectos simbólicos

no texto “*Além da combustão: notas sobre o fogo nos canaviais paulistas*” tornando o diálogo entre Barros e Sabadin fundamentais. A autora articula seus próprios relatos registrados em forma de notas com análises dos aspectos simbólicos a luz de Achille Mbembe e Pierre Bourdieu. Diferentemente do apontamento de Barros sobre a relação entre passado e presente e a produção de cana-de-açúcar no nordeste, Sabadin relembra o momento de expansão da produção de cana-de-açúcar no interior de São Paulo ocorrida nos anos de 1970 a partir da criação do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) e a intensificação da utilização de fogo na lavoura, que foram justificados pelo setor sucroalcooleiro pautados em leis federais e estaduais paulistas, as quais defendiam que as queimadas seriam necessárias para auxiliar na eliminação de pragas e facilitar o corte manual da cana-de-açúcar.

O mesmo fogo que elimina espécies, intensifica a poluição do ar, também alimenta a combustão de diversos setores da sociedade como bombeiros, agricultores, representantes da defesa civil, de movimentos sociais, de órgãos ambientais, de governos federais, estaduais e municipais que, segundo a autora, disputam pelo apontamento de possíveis culpados e justificativas para esses episódios de queimadas.

Em “*Uso e Cobertura da Terra na bacia hidrográfica do rio Jacaré-Guaçu e do rio Pardo*”, os autores nos trazem um estudo sobre as mudanças no uso e na cobertura da terra nessas bacias hidrográficas entre os anos de 1995 e 2022, evidenciando que a cobertura de terra é predominantemente destinada ao uso rural, seguida por vegetação nativa e áreas urbanas, com pouca variação. O fato principal da análise está na intensificação da perda de área rural que consequentemente impactou de maneira negativa na vegetação nativa e na qualidade ambiental na região. Onde a expansão de áreas monocultoras, como a cana-de-açúcar substitui a vegetação nativa, resultando em conflitos com a biodiversidade local e prejudicando a função ambiental das áreas afetadas, o que leva à degradação do solo e encarecimento da produção agrícola, somada à expansão da área urbana que traz consequências intensas como enchentes e comprometimento da qualidade da água.

Pizzoleto, Sossae e Ribeiro apontam para a importância do monitoramento dessas mudanças e a necessidade de implantação de políticas públicas que sejam eficazes na restauração e conservação ambiental, e ainda nos conectam aos textos anteriores ao apontar que a fragmentação da paisagem nesses espaços estão interligadas à expansão da área de cultivo de cana-de-açúcar pois a conversão de vegetação nativa em monoculturas reduz a conectividade entre fragmentos de vegetação, impactando a biodiversidade e a qualidade ambiental.

O texto de Moura, Schmitz e Ferreira do Rosário trata da apropriação de terras e formação de fazendas em Tracuateua-PA e as disputas em torno desse processo a partir da análise de como agricultura patronal ao adquirir terras de camponeses provoca a elevação dos preços das terras. Dessa forma, os autores revelam que, o aumento do valor das terras em Tracuateua-PA está relacionado à disputa entre a racionalidade das populações camponesas e a apropriação capitalista do uso da terra. Assim como observam que a valorização das terras é impulsionada pelo assédio a agricultores para a venda das terras e também pela expansão da pecuária extensiva o que resulta em uma concentração fundiária e

na despossessão das comunidades camponesas. A reflexão trazida por esse estudo é sobre como transformação do espaço rural reflete conflitos entre diferentes lógicas territoriais e interesses sociais.

Nossa sessão termina com uma análise sobre a precificação do artesanato em capim dourado desenvolvido no Jalapão, território situado no estado do Tocantins. Paiva, Marques e Bequimam utilizam a teoria do capital simbólico de Pierre Bourdieu para explorar dimensões econômicas, culturais e simbólicas dessa produção a partir de pesquisa qualitativa que incluiu oficinas participativas e entrevistas com artesãs entre os anos de 2023 e 2025. Este estudo colabora para a reflexão sobre os mercados ambientais, ao complexificar a valoração desses produtos, demonstrando a partir da utilização do “Caderndo da Artesã” – estratégia de registro e planejamento que visa indicar os custos e legitimar culturalmente o valor das peças-, que a precificação tradicional ignora a complexidade da produção. Dessa forma, os autores apontam para a ideia de que a economia criativa pode influenciar a valorização do artesanato ao transformar conhecimento, talento e capital intelectual em produtos com valor agregado, os quais refletem a identidade cultural e a ancestralidade das comunidades, assim como promover a preservação de patrimônios culturais intangíveis e fortalecer as redes comunitárias, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, diante de tantos aspectos destrutivos no processo de apropriação da natureza e a sua transformação em mercadorias demonstrados nos trabalhos que compõe esta sessão, esta experiência de valorização do artesanato a partir da utilização do capim dourado que está intimamente relacionada à resistência cultural feminina, o fortalecimento da preservação da cultura ancestral, onde o artesanato não representa apenas uma fonte de renda, mas sobretudo simboliza a luta das mulheres por reconhecimento e valorização das suas comunidades, poderá nos trazer um sopro de esperança no sentido de pensarmos forma de resistência ao avanço do capital?

Portanto, lançamos duas questões iniciais para debate:

- 1) Como podemos refletir sobre a questão agrária neste cenário onde “as forças produtivas tonam-se forças destrutivas” no contexto político do Brasil contemporâneo?
- 2) De que forma os mercados alternativos podem impactar e/ou transformar esse cenário de conflitos socioambientais no campo?

Sessão 3: Injustiça ambiental e comunidades tradicionais

Título do trabalho	Autores(as)
Diferentes formas de injustiças e invisibilidade na Amazônia: uma análise a partir dos constrangimentos ambientais	José Augusto Carvalho de Araújo, Marcos Vinícius Afonso Cabral, Ionara Antunes Terra
Direitos em disputa: uma reflexão sobre a cidadania dos povos da floresta	Jéssica Pires Cardoso

Título do trabalho	Autores(as)
Comunidades ribeirinhas na Amazônia e COVID-19: um estudo de caso na Resex rio Unini	Henrique Almeida Forini
Ações coletivas para o enfrentamento à pandemia no rio Iriri, Altamira (PA)	Éberton da Costa Moreira
Saneamento ecológico em áreas protegidas: a experiência do SaniSeCo no Pico do Itambé (MG)	Pedro Pinto Godoy, Acsa Tamar Marques Martins, Alex Sander Dias Machado
Impactos socioambientais do uso de agrotóxicos no Assentamento Monte Alegre, Araraquara (SP)	Elisa Racy Carlini, Gabriela de Menezes Freitas
Transição energética, injustiça ambiental e turbação de terra: uma análise de contratos de arrendamento em Pernambuco	Tarcísio Augusto Alves da Silva

Nesta terceira e última sessão do nosso GT Ruralidades e Meio Ambiente abordaremos as temáticas sobre *injustiça ambiental e comunidades tradicionais*, iniciando com o conjunto de quatro trabalhos os quais se debruçam sobre experiências situadas na região norte do Brasil, trazendo a diversidade e conflitos vivenciados pelos povos na Amazônia, um lugar que além de rico em diversidade social e ambiental, carrega também paradoxos, onde a vida e a morte encontram-se conectadas, entre riquezas e práticas econômicas predatórias.

Araújo Cabral e Terra, em *“Diferentes formas de injustiças e invisibilidades na Amazônia. Uma análise a partir dos estrangulamentos ambientais”*, analisam as injustiças ambientais na Amazônia, destacando o conceito de “racismo ambiental”, onde grupos vulneráveis, como populações de baixa renda e minorias étnicas são impactados de forma mais intensa pelos danos ambientais. A abordagem ainda contempla reflexões sobre pobreza extrema, desigualdade social, desmatamento e degradação ambiental no sentido de estarem intrinsecamente relacionadas ao processo de desenvolvimento da região.

A partir da década de 1980, populações residentes na Amazônia, em especial as comunidades quilombolas redescobriram e reconstruíram a possibilidade de afirmação de suas identidades e de seus direitos. A organização e a luta desses povos proporcionou a saída da invisibilidade a qual estavam submetidos até o processo de redemocratização brasileiro, que propiciou o diálogo entre os movimentos sociais e o movimento ambiental, o que levou ao reconhecimento da heterogeneidade política ambiental, socioeconômica e cultural das comunidades tradicionais amazônica, com os povos indígenas, os quilombolas,

os ribeirinhos, os extrativistas, os camponeses, os pescadores, dentre outras.

Nesse contexto de diversidade e enfrentamento ao racismo ambiental, os textos de Forini e de Moreira, trazem as adversidades vividas pelos povos da Amazônia durante a pandemia da COVID-19. Forini desenvolve um estudo de caso, na RESEX do Rio Unini, observando que diferente do que ocorreu nas cidades, a pandemia do COVID-19 nas comunidades do Rio Unini não provocou um impacto significativo, apesar das comunidades enfrentarem desafios durante a pandemia, poucas pessoas foram infectadas e não há registro de óbitos. A pesquisa demonstra que as estratégias de organização e resistência foram fundamentais, sobretudo no que diz respeito à importância do conhecimento tradicional e da auto-organização para a superação de desigualdades e vulnerabilidades da população. Os resultados preliminares da pesquisa demonstram que a forma de organização social e políticas acessadas pelos ribeirinhos no rio Unini, bem como as articulações no contexto da crise sanitária e o isolamento social foram fundamentais para que a comunidade garantisse a resiliência diante dessa crise.

Nesse mesmo sentido, Moreira aborda as ações coletivas de comunidades tradicionais na Reserva Extrativista Rio Iririem em Altamira (PA) durante a pandemia do COVID-19, que diante da negligência do governo, a mobilização das comunidades para enfrentamento à crise sanitária, foi fundamental para garantir acesso à alimentos, saúde e vacinação. Tais ações incluíram fechamento de acessos, doações de alimentos e expedições de vacinação. A pesquisa ainda destaca a importância da atuação das ONGs e das associações locais para a superação das adversidades. A pandemia evidenciou ainda mais a falta de políticas públicas e serviços essenciais para essas populações, o que corrobora para o cenário de intensificação da injustiça ambiental, como tratada no texto anterior. O texto com caráter descritivo, demonstra que nesse cenário, as ONGs acabam ocupando o papel que deveria ser do Estado na garantia de direitos básicos à população, o que também corrobora para uma relação de dependência entre as comunidades e as ONGs. Contudo, o estudo demonstra a importância das ações coletivas para o enfrentamento das adversidades.

Esse debate desemboca na análise de Cardoso em seu artigo sobre direito e cidadania dos povos da floresta, onde a autora em sua análise destaca a relação entre cidadania e preservação ambiental. A pesquisa realizada em comunidades remotas do Pará e Amazonas entre 2022 e 2024, demonstra que a garantia da cidadania é condicionada à adoção de práticas sustentáveis, influenciadas por parâmetros externos, onde a ambientação da Amazônia e a formação de Reservas Extrativistas são discutidas como formas de controle social. A autora destaca que apesar dos avanços, os direitos básicos, como saúde e educação, permanecem ausentes o que reflete um ciclo permanente de ausência de direitos que indica uma continuidade dos princípios coloniais demonstradas pelo exercício da violência física ou simbólica, desde massacres sobretudo da cultura dos povos das florestas, mas que são ocultadas pelos discursos de sustentabilidade.

A leitura integrada dos três últimos textos da sessão revela diferentes expressões da injustiça ambiental vivenciadas por comunidades tradicionais e rurais, evidenciando como formas contemporâneas de apropriação territorial, degradação ambiental e exclusão política seguem operando sob novos discursos de desenvolvimento – tais como sustentabilidade, transição energética e inovação tecnológica. Esses trabalhos apontam

para uma mesma matriz estrutural de violação de direitos e invisibilização dos sujeitos do campo.

O estudo de Carlini e Freitas, sobre os impactos dos agrotóxicos no assentamento Monte Alegre, revela um quadro de contaminação difusa que atinge não apenas os trabalhadores rurais, mas toda a comunidade local, por meio de pulverizações aéreas e aplicações terrestres realizadas sem controle social ou comunicação adequada. A situação descrita configura um clássico caso de injustiça ambiental, em que riscos ambientais e danos à saúde recaem desproporcionalmente sobre grupos vulneráveis, enquanto os lucros do setor sucroenergético são socialmente distribuídos de forma desigual. O silenciamento institucional, a subnotificação de casos de intoxicação e a precarização dos serviços de saúde são elementos centrais desse processo, que expressa a já denominada invisibilidade epidemiológica. Pode-se compreender essa realidade como fruto de uma "racionalidade ambiental desigual", em que populações subalternizadas têm sua exposição ao risco naturalizada pelas políticas públicas e pela indiferença institucional.

No trabalho de Silva sobre a implantação de parques eólicos em Pernambuco, a transição energética é problematizada como um processo que reatualiza formas históricas de expropriação territorial. A partir da análise dos contratos de arrendamento, o autor demonstra como instrumentos legais operam como mecanismos de acumulação por despossessão, ao restringirem o uso da terra pelos pequenos proprietários e negarem qualquer possibilidade de participação comunitária nas decisões. A turbação de terras aparece como prática contemporânea de injustiça ambiental, na medida em que impede o uso tradicional dos territórios e fragiliza os modos de vida rurais sob a justificativa de produção de energia "limpa". Essa situação pode ser compreendida sociologicamente a partir da teoria do novo imperialismo, que mostra como o capital, diante da crise de valorização, busca se expandir por vias predatórias e legalmente amparadas. Também contribui para a discussão do papel do Estado e do Direito como mediadores das relações desiguais entre campo e cidade, historicamente voltados à proteção da propriedade e não dos modos de vida coletivos.

No estudo de Godoy, Martins e Machado, a experiência do SaniSeCo no Pico do Itambé, em Minas Gerais, revela uma tentativa concreta de enfrentar a injustiça ambiental através de soluções de base comunitária e tecnicamente adaptadas às especificidades do meio rural e protegido. Ainda que não esteja centrada em populações tradicionais, a implantação do sanitário seco de compostagem em uma unidade de conservação e sua apropriação pelos funcionários do parque exemplificam uma tecnologia social com potencial de reduzir os riscos sanitários e ambientais historicamente negligenciados nesses territórios. O caso contribui para uma agenda sociológica voltada à construção de alternativas à ausência de infraestrutura básica nas ruralidades, articulando conservação ambiental e justiça social. Nesse sentido, aproxima-se da construção de "ecologias de saberes" como estratégia de superação da monocultura do conhecimento científico moderno, valorizando as epistemologias dos grupos subalternizados.

Estes trabalhos permitem observar a persistência de relações de força envolvendo capital, Estado e populações rurais, e como essas relações se atualizam em nome do desenvolvimento, da eficiência produtiva ou da sustentabilidade. O conceito de injustiça

ambiental se mostra central para compreender como populações camponesas e comunidades tradicionais seguem sendo impactadas de forma desproporcional por projetos que não reconhecem seus direitos territoriais, modos de vida ou saberes locais. Nesse sentido, os estudos contribuem para tensionar o discurso dominante sobre sustentabilidade, mostrando que nem toda energia "limpa" ou solução "verde" está isenta de contradições sociais profundas.

Duas questões podem ser destacadas para o debate inicial:

1) Como as comunidades tradicionais podem ser incluídas na formulação e controle social de tecnologias e políticas ambientais para que deixem de ser tratadas apenas como usuárias ou impactadas?

2) De que forma as experiências de resistência (explícitas ou latentes) descritas nos trabalhos podem ser problematizadas em termos de incidência política sobre as agendas de transição ecológica e justiça ambiental no campo?